

SUMÁRIO

Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violação de direitos humanos e violência

2010

Um estudo em 11 capitais de estado

Coordenação:
Nancy Cardia

Estatístico:
Rafael Cinoto

Equipe:
Ariadne Natal
Caren Ruotti
Denise Carvalho
Diego Vicentin
Frederico Castelo Branco Teixeira
Marcelo Nery
Pedro Lagatta
Renato Alves
Roberta Astolfi
Viviane de Oliveira Cubas

Secretária
Sergia Santos

NEV
Núcleo de Estudos da Violência
Universidade de São Paulo

INCT
Violência, Democracia e
Segurança Cidadã

CEPID
CENTRO DE POLÍTICA
DIREITOS E JUSTIÇA

Secretaria de Direitos Humanos
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

JNFPA

SUMÁRIO

Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violação de direitos humanos e violência

INSTITUCIONAL	3
A PESQUISA	4
RESULTADOS	5
1. VIOLÊNCIA	5
1.1. EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA	5
1.2 ESCALA DE EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA	6
1.3. NORMAS CULTURAIS E ATITUDES EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA	7
1.4. PUNIÇÃO CORPORAL	7
1.5. JOVENS E A VIOLÊNCIA	8
1.6. CAUSAS DA VIOLÊNCIA	9
2. INSTITUIÇÕES	10
2.1. IMAGEM DAS INSTITUIÇÕES	10
2.2. IMAGEM DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	10
2.3. EXPERIÊNCIAS COM A POLÍCIA	11
2.4. ATIVIDADE POLICIAL	11
2.5. EXPECTATIVAS	12
2.6. USO DA FORÇA	12
2.7. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A IMAGEM DAS INSTITUIÇÕES	13
3. EFICÁCIA EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES	14
3.1. JUDICIÁRIO	14
3.2. LEGITIMIDADE E CONFIANÇA NO GOVERNO NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA	15
3.3. DELEGAÇÃO DE PODER	15
3.4. DEFERÊNCIA COM AS LEIS	15
4. DISPOSIÇÃO EM ABANDONAR PROTEÇÕES LEGAIS	15
4.1. DISPOSIÇÃO EM ABANDONAR AS PROTEÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À JUSTIÇA	15
5. PENAS E PUNIÇÃO	16
5.1. EFICIÊNCIA DA PRISÃO	16
5.2. DELITOS E PENAS ESPERADAS	16
6. DIREITOS HUMANOS	17
6.1. PERCEPÇÃO DE ALGUNS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	17
6.2. APOIO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE MANIFESTAÇÃO, DE OPOSIÇÃO POLÍTICA E DE PRIVACIDADE	17
6.3. TORTURA	18
6.3.1. TORTURA PELA POLÍCIA EM RELAÇÃO A DELITOS ESPECÍFICOS	18
7. CAPITAL SOCIAL	19
8. EFEITOS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA	20

INSTITUCIONAL

O Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP) é um dos Núcleos de Apoio a Pesquisa da Universidade de São Paulo. Desde 1987, o NEV/USP desenvolve pesquisas e forma pesquisadores dedicados a estudar as relações entre violência, democracia e direitos humanos.

O NEV/USP tem investigado que tipo de democracia vem se desenvolvendo em um contexto onde persistem: graves violações de direitos; territórios dominados pelo crime organizado; corrupção sistêmica; altas taxas de homicídios; limitações no acesso a alguns direitos civis; e onde uma cultura de direitos humanos e de apoio ao Estado de Direito democrático é precária ou ausente.

As pesquisas realizadas pelo NEV/USP tem por objetivo: a) monitorar as violações no acesso a direitos bem como as políticas e programas de promoção dos direitos humanos; b) identificar e explicar as persistências e mudanças na sociedade e no estado, na democracia, no perfil da violência e no acesso a direitos humanos, focando, particularmente, que Estado de Direito emerge destas relações; c) estudar que tipo de transparência e responsividade são efetivadas por agentes do Estado e como suas ações afetam a percepção e o apoio do público ao regime democrático.

Em outubro de 2000, o NEV/USP passou a ser um dos onze **Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID)** apoiados pela FAPESP. A partir de sua atuação como CEPID, as funções de pesquisa do NEV foram sistematizadas e ampliadas, constituindo-se linhas de ação onde a investigação científica é combinada com a intervenção e com a transferência de conhecimento.

A partir de 2008, o NEV passou a sediar o **Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Violência, Democracia e Segurança Cidadã**,

coordenando uma agenda de pesquisa comum nas áreas de violência, democracia, segurança pública e direitos humanos, entre seis centros nacionais¹ de excelência, abrangendo quatro das cinco macro-regiões do país.

Em 2011, o NEV passou a integrar o **Programa de Incentivo à Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP**². Neste programa, com o objetivo de ampliar e aprofundar suas pesquisas, o NEV/USP firmou parcerias com os departamentos de Sociologia, Antropologia e Letras Clássicas e Vernáculas (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Medicina Preventiva (Faculdade de Medicina), Filosofia e Teoria do Direito (Faculdade de Direito).

¹ Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ); Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS); o Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS/UnB); o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde (CLAVES/FIOCRUZ); o Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

² Este é um programa de financiamento complementar que busca fortalecer grupos de pesquisa competitivos, altamente especializados, que atuem interinstitucionalmente e formem recursos humanos qualificados.

A PESQUISA

O objetivo da pesquisa **sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência** é examinar as relações entre ser vítima de violência (quer por testemunhar, quer por ser vítima direta) e atitudes, normas e valores em relação à violência e aos direitos humanos e às instituições encarregadas de garantir a segurança dos cidadãos.

Além de monitorar o impacto que a contínua exposição à violência tem sobre a percepção, atitudes e valores, esta pesquisa pode auxiliar na identificação e desenvolvimento de programas de prevenção à violência e de campanhas educativas para minimizar os efeitos/riscos da violência, sensibilizar os encarregados da aplicação das leis para a percepção que a população tem do desempenho de suas instituições e o impacto desta percepção sobre a credibilidade delas, e apontar fatores, até então subestimados, na reprodução da violência. Os dados coletados podem também auxiliar na disseminação de temas presentes no Programa Nacional dos Direitos Humanos e na implementação de programas educacionais voltados aos direitos humanos.

Este *survey* foi originalmente aplicado em 1999, em 10 capitais³ de estados brasileiros. Em 2001, uma versão ampliada do questionário foi aplicada aos moradores da cidade de São Paulo. Este questionário passou a ser o questionário padrão e foi novamente utilizado em 2003, 2006,

2008. Em 2010, foi aplicado em 11 capitais⁴ de estados brasileiros, o que permitiu que se traçassem comparações com os dados de 1999. Foram realizadas em 2010, 4025 entrevistas domiciliares com pessoas residentes nestas capitais, com 16 anos ou mais, selecionados segundo o perfil demográfico dos respectivos setores censitários. Para a seleção destes setores foi utilizada a técnica probabilística.

³ Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Velho e Goiânia.

⁴ As dez capitais citadas anteriormente, tendo-se incluindo em 2010 a cidade de Fortaleza.

RESULTADOS

1. VIOLÊNCIA

1.1. Exposição à violência

Na última década, a tendência de crescimento das taxas de homicídio foi interrompida em algumas unidades da federação. Em alguns dos estados mais populosos, como São Paulo e Rio de Janeiro, houve queda significativa, porém em alguns estados das regiões Norte e Nordeste estas taxas cresceram. Se em 1999 o Brasil registrou 42.914 homicídios, em 2010 este total chegou a 52.260.⁵ Isto explica porque ao longo do período (1999-2010) se mantém alta a percepção de que a violência no país continuar a crescer. Contudo, nas cidades em que as taxas de homicídio caíram (Rio de Janeiro, Recife e São Paulo) se observaram as maiores quedas em relação à percepção de que a violência está crescendo. Em São Paulo, a percepção de crescimento da violência passou da quase unanimidade 95,2% (1999) para 69% (2010). Queda ainda maior ocorreu em Recife, onde passou de 95% para 60,2%. No Rio de Janeiro, esta percepção diminuiu de 89,2% para 69,5%.

A taxa de exposição à violência mede o tipo de contato e a frequência com que a pessoa foi vitimada. Entre as exposições mais graves estão: ser ferido por arma de fogo e/ou ter “ter um parente próximo assassinado” ou “ferido por arma de fogo/faca”. Goiânia, Salvador, Porto Velho e Belém destacaram-se pelo número de pessoas que disseram ter sido feridas por armas de fogo. Ter parentes próximos assassinados ou feridos por armas de fogo/faca foi mais frequente nas cidades de Recife, Porto Velho e

Fortaleza. Ter parentes ameaçados de morte foi também relativamente alto em Fortaleza, em 2010 (9,3%).

Em Belém, cresceu significativamente o número dos que relataram ter sido, nos 12 meses anteriores à pesquisa, vítimas de roubo mediante ameaça de arma de fogo, passando de 6% em 1999, para 17,8%, em 2010. Também aumentou o número dos relatos de agressão física com o uso de arma de fogo/faca, contra parentes próximos, passando de 8,1% para 13,4%.

Gráfico 1. Vitimização, Capitais, 1999 e 2010



O roubo com arma de fogo foi mais citado em 2010 pelos entrevistados de Fortaleza. No período entre 1999 e 2010, as menções a este tipo de vitimização cresceram nas seguintes capitais: Rio de Janeiro, Manaus, Salvador e Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, aumentaram no período as menções à extorsão por policiais, que passaram de 3,7% (1999) para 5,6 % (2010) dos entrevistados. Em São Paulo, caíram os relatos de vitimização em todas as situações apresentadas, salvo agressões praticadas por policiais, um tipo de vitimização que permaneceu estável no período.

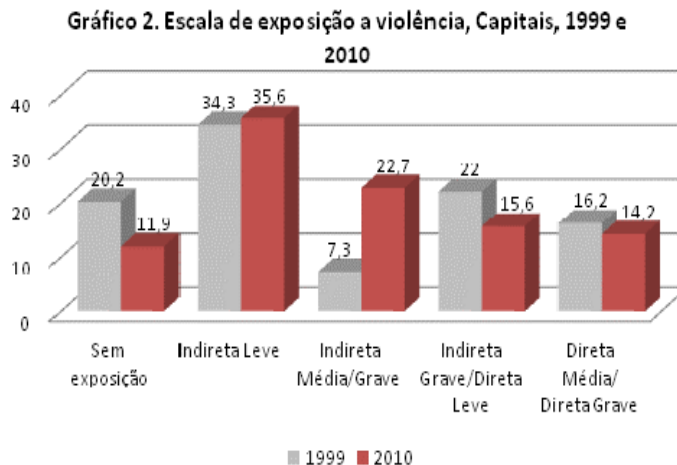
⁵ Fonte: Datasus. Ministério da Saúde.

Ser vítima de roubo com uso de arma de fogo diminuiu em duas capitais além de São Paulo: Porto Alegre (de 7% para 5,4%) e Recife (9% para 5,9%). Ter parentes próximos “ameaçados de morte” caiu para menos da metade do que fora observado em 1999 em seis capitais pesquisadas: Porto Alegre (12% para 4,5%), Porto Velho (18% para 7,4%), Recife (8% para 4,9%), Salvador (11% para 2,3%) Rio de Janeiro (7% para 4,3%) e São Paulo (9,7% para 1,8%). O mesmo padrão de queda foi observado em relação a ter tido um parente próximo assassinado: as porcentagens caíram nestas capitais, exceção a Recife onde cresceu de 2,0% (1999) para 4,9% (2010).

Em relação à **exposição indireta** houve aumento de contato com a violência, ou seja, mais pessoas testemunharam ou ouviram de uma pessoa próxima casos de violência. Em 2010, mais pessoas relatam terem testemunhado, nos três últimos meses, eventos violentos em seu bairro que em 1999. Os eventos mais testemunhados em 2010 foram presenciar alguém usando drogas na rua (53,4%), a polícia prendendo alguém (40,1%), alguém sendo assaltado (33,7%) e alguém sendo agredido (32,2%). De modo semelhante ao observado em 1999, em 2010 os mais jovens (19 anos ou menos) foram os que mais declararam terem testemunhado eventos violentos, em geral quase o dobro do observado em outras faixas etárias.

A queda nas menções a ter sido **vítima direta** de violência ocorreu em todas as faixas etárias, reduzindo-se assim em 2010 a diferença observada em 1999 entre os jovens, adultos e idosos na exposição à violência. Em 1999, os jovens (com 19 anos ou menos) apresentaram quase o dobro da vitimização das pessoas com maior idade.

Há duas exceções a este padrão de queda em 2010: a exposição ao tráfico de drogas e à agressão física por policial. Belém se destaca entre as capitais, por apresentar as mais altas frequências de testemunhar eventos muito graves como, por



exemplo, ter presenciado o assassinato de alguém, enquanto testemunhar consumo de drogas no espaço público foi mais mencionado em Manaus, Belém e Porto Velho.

1.2 Escala de exposição à violência

Combinando-se as respostas sobre **exposição indireta** à violência (assistiu ou ouviu falar que ocorreu) no bairro, nos últimos 3 meses, com a **exposição direta** (foi vítima no bairro e/ou na escola), nos últimos 12 meses, foi possível definir uma escala de grau de contato com a violência que denominamos “escala de exposição à violência”. Esta escala reúne em um de seus extremos os entrevistados que não relataram exposição, **direta ou indireta**, à violência (sem exposição). A estes seguem aqueles que relataram apenas exposição **indireta** de natureza leve (categoria indireta leve), outros ainda relataram várias experiências **indiretas** de natureza média/grave (indireta média/grave). Por fim, há dois grupos que relataram exposição **indireta e direta** a eventos: uns de natureza média (direta média e indireta grave) e outros de natureza grave (exposição direta e indireta).

Estes correspondem ao outro extremo da escala: aqueles que tiveram repetidos contatos com violência grave, como testemunha (indireta) ou como vítimas (direta).

Entre 1999 e 2010, caiu o contato com a violência direta e cresceu o contato com a violência indireta.

1.3. Normas culturais e atitudes em relação à violência

As atitudes, normas culturais e valores em relação à violência são estudados a partir de uma série de situações que podem ocorrer, solicitando aos entrevistados que digam o que acham das diferentes alternativas de ação: se concordam ou discordam, se entendem o comportamento do outro, se fariam o mesmo etc.

De modo geral, as respostas, tanto em 2010 como em 1999, revelam a rejeição ao uso da força física ou da violência pela **maioria** dos entrevistados como forma de solucionar conflitos. Porém, aqueles que expressam alguma aceitação às formas violentas de resolução de conflitos ainda constituem um grupo considerável.

Em relação a 1999, diminuiu o percentual daqueles que tolerariam o uso da violência para compensar uma injustiça (vingança) ou resolver problemas no bairro, como expulsar alguém que cause problemas, linchamento ou apoio à ação de justiceiros. Neste período, surpreende o aumento da aceitação de arbitrariedades por parte da polícia, entre todas as faixas etárias. Cresceu a aceitação de que a polícia

reviste uma pessoa “em função de sua aparência”, assim como cresceu a concordância com a polícia bater em um preso que tenha tentado fugir.

Entre as capitais estudadas, Belém apresenta o maior percentual de respostas aprovando atitudes violentas (35,3% aprovam matar por vingança quem violentou a filha, 31,8% aprovam matar quem amedronta o bairro e 28,1% aprovam matar “gente indesejada”).

A aceitação da violência em defesa própria, da família e de bens diminuiu entre 1999 e 2010. As maiores quedas foram observadas em Manaus, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador.

Entre 1999 e 2010, apesar de persistir entre a maioria dos entrevistados uma descrença nas armas como fonte de segurança, **diminuiu** o consenso a esse respeito, tendo **crecido** o percentual daqueles que acreditam que possuir ou portar armas poderia aumentar sua segurança ou de sua família: em 2010, 67,5% dos entrevistados discordaram que “carregar uma arma faz com que a pessoa se sinta mais segura” contra 79,8% em 1999. Outros 63,2% (2010) discordavam de que “ter uma arma em casa, torna-a mais segura”, enquanto em 1999 este percentual atingia 74%. Estes números surpreendem se considerarmos que, ao longo deste período, houve várias campanhas educativas e programas de desarmamento.

1.4. Punição corporal

A maioria dos entrevistados, tanto em 2010 (70,5%) como em 1999 (79,6%), revelou ter apanhado quando criança. A punição física regular (quase todos os dias ou uma vez por semana) atingiu, em 2010, 20,2% dos entrevistados, ou seja, 1 em cada 5 entrevistados relatou ter apanhado regularmente quando criança. Apesar deste alto percentual, houve uma queda em relação a 1999, quando 23,2% dos entrevistados, quase 1 em cada 4 entrevistados, dizia ter sido castigado fisicamente de maneira regular.

Aqueles que relataram apanhar com uso de vara ou cinto e com pau ou outros objetos duros foi frequente entre os que disseram que apanhavam “quase todos os dias”. Para este grupo, a exposição à punição corporal não apenas foi mais frequente, como também mais violenta e com maior capacidade de provocar danos graves.

Há forte evidencia que ter sido vítima de punição física quando criança pode redundar em um círculo vicioso no uso da violência sobre os filhos. Assim, os procedimentos adotados por uma geração podem afetar o modo como as próximas gerações serão tratadas.

Tanto em 1999 como em 2010, aqueles que responderam **ter apanhado** quando criança, se diferenciam dos que relatam **não terem apanhado**. Aqueles que relataram ter apanhado muito quando criança são os que mais escolhem a opção “bater muito” em seus filhos caso estes apresentassem mau comportamentos. São também os que mais

esperariam que seu filho(a) respondesse com violência caso fosse vítima de uma agressão física na escola. Há fortes indícios de que ser vítima de punição

Gráfico 3: Percentual de pessoas que concordam totalmente - Causas da violência, Capitais, 1999 e 2010



corporal, quando criança, estimule o uso deste tipo de punição quando adulto (a), sugerindo um ciclo perverso de uso de força física.

1.5. Jovens e a violência

Em relação aos jovens (16 a 19 anos), chama atenção os casos de violência relacionados à escola. Em 2010, 27% dos entrevistados disseram ter algum colega ou amigo que já ameaçou algum professor, sendo que 10,7% conhecem alguém que fez tal ameaça com canivete ou faca, número que é o dobro daquele registrado em 1999 (5,4%).

Além disto, é alta a frequência de jovens que têm, entre seus amigos, jovens vítimas de violência e jovens perpetradores de violência. Os dados revelam que cresceu, entre 1999 e 2010, o contato de jovens com colegas vítimas e vitimadores:

a) em 2010, 16,9% dos jovens entrevistados disseram ter colegas ou amigos que já mataram alguém, percentual que era 12,2% em 1999;

b) 37,5% (2010) disseram ter colegas ou amigos que já foram ameaçados de morte, percentual que, em 1999, fora de 26,5% (1999);

c) 65,0% (2010) responderam ter um colega ou amigo que já foi assaltado, enquanto em 1999 esta resposta correspondia a 47,9% dos entrevistados.

Em relação à expectativa de vida, há mudanças positivas significativas entre os anos de 1999 e 2010, sobretudo entre aqueles que consideram “muito alta” a chance de estarem vivos aos 25 anos de idade: em 2010, 48% concordou com essa possibilidade contra 28,3% em 1999.

1.6. Causas da Violência

Tanto em 1999 como em 2010, a maioria dos entrevistados apontou o consumo e o tráfico de drogas como as principais causas da violência. A violência emerge como causada pelo uso e tráfico de drogas, o uso de bebidas alcoólicas, por pessoas que, intoxicadas, provocam os outros e, por fim, como produto da maldade de pessoas. Ciúmes, provocar os outros e não ter uma religião também são percebidos como causas da violência, mas em menor grau de consenso. O preconceito racial, a falta de condições para sustentar a família e a perda da esperança de melhorar de vida são também consideradas, em alguma medida, causas de violência, mas, novamente, há menor consenso entre os entrevistados sobre este papel. Isso revela ênfase em fatores individuais enquanto os fatores estruturais são pouco percebidos como relevantes para explicar a violência.

A violência na escola, em 1999, era atribuída aos alunos e não estava associada a problemas estruturais das escolas: consumir drogas (71,8%), formar gangues (69,4%), levar armas para a escola (66,2%), consumir álcool (61,5%), seguidas da presença de traficantes na porta da escola (69,7%) foram as causas mais

apontadas. A única frase da qual a maioria dos entrevistados discordou fortemente referia-se ao fracasso escolar, 60% discordou que este fator teria algum papel na violência na escola. As outras variáveis, que se referiam às condições da escola, provocaram concordância fraca, o mesmo ocorreu com o preconceito racial, fator que poucos entrevistados atribuíram à violência. Em 2010, duas frases foram acrescentadas ao conjunto de itens: número de professores e capacidade dos diretores e professores de manterem disciplina em sala de aula. Caiu, em 2010, o consenso em torno do papel do uso de drogas e bebidas, formar gangues, levar armas para a escola e sobre o papel dos traficantes na porta da escola. Diminuiu a discordância com o papel do fracasso escolar, ainda assim, ao menos, 1/5 dos entrevistados demonstram estar conscientes de que este é um fator que alimenta a violência dentro (e fora) da escola. Cresceu também a atribuição de responsabilidade à relação entre as famílias e a escola. Ainda que de modo fraco, cresceu também a concordância com o papel da relação aluno-professor e do excessivo número de alunos por sala de aula como causas da violência. A falta de professores e a dificuldade de diretores e professores em lidar com indisciplina são apontados por 1/3 dos entrevistados como causa de violência na escola.

Este perfil de concordância sugere que o problema da violência nas escolas está sendo abordado, pela população, de modo menos reducionista do que há onze anos atrás. Sugere ainda que um pouco menos de responsabilidade está sendo atribuída aos alunos e um pouco mais à instituição e ao seu modo de funcionamento.

O medo foi identificado como um dos principais efeitos do contato com a violência. Em 2010, 38,8% disseram haver algum lugar em seu bairro onde não

se sentiam seguros para andar durante o dia. Isto representa quase 4 em cada 10 pessoas e atinge todas as faixas etárias. 37,8% dos entrevistados declararam que não saem à noite por sentirem medo. O medo afeta a rotina das pessoas, principalmente na circulação por ruas e bairros (38,6%), em especial nos trajetos para escola e ou trabalho 31,9%. A necessidade de andar armado, que sugere a presença de um medo mais intenso e profundo, apresentou queda no período, passando de 6,3% (1999) para 4,3% (2010), sendo mais representativa entre as faixas etárias abaixo dos 49 anos.

2. INSTITUIÇÕES

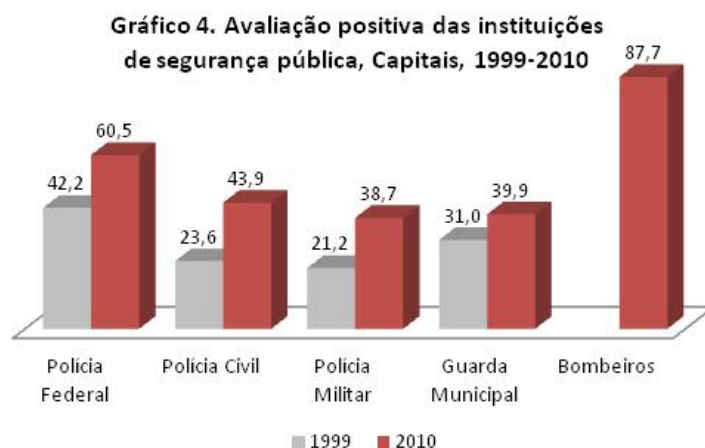
2.1. Imagem das instituições

De maneira geral, todas as instituições - Justiça, Defensoria Pública, Exército e Ministério Público (este último avaliado apenas em 2010) receberam avaliação positiva⁶. O Exército apresentou o aumento mais expressivo, sendo a única instituição com avaliação positiva entre a maioria dos entrevistados (55,2% em 1999 e 66,6% em 2010), dentre os quais se destacam os grupos etários situados nos extremos, os mais jovens e os mais velhos. Em relação às demais instituições, as avaliações positivas crescem gradualmente à medida que aumenta a idade dos entrevistados. Em 1999, Manaus se destacava entre as capitais por apresentar as avaliações mais positivas para todas as instituições, situação que em 2010 aparece em Porto Velho.

2.2. Imagem das instituições de segurança pública

Há uma significativa melhora na avaliação das instituições da segurança pública no Brasil – Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Polícia Federal e Bombeiros.

O Corpo de Bombeiros, instituição avaliada somente em 2010, sobressai como a instituição de segurança pública com melhor avaliação do país, com 87,7% de avaliações positivas. A Polícia Federal (PF), que em 1999, em termos comparativos, era a instituição policial mais bem avaliada, obteve um expressivo aumento no percentual de julgamentos positivos, passando de 42,2% em 1999 para 60,6% em 2010, movimento que ocorre em todos os grupos etários. Esses resultados são ainda mais destacados em Belo Horizonte, Porto Velho e Recife, capitais em que cerca de 70% dos entrevistados avaliam a PF de forma positiva.



Ocorreu também aumento na avaliação positiva da Polícia Civil (passou de 23,6% em 1999 para 44,0% em 2010). Em 2010, os resultados mais positivos foram na cidade de Porto Velho. A avaliação positiva da Polícia Militar passou de 21,2% em 1999 para 38,7% em 2010, apresentando no último levantamento resultados mais positivos em Porto Velho e Belo Horizonte. Por outro lado, a avaliação “muito ruim” das Polícias Militares, que girou em torno de 7% em 2010, é mais forte no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Belém. Já as Guardas Municipais passaram de 31,0% de avaliações positivas em 1999 para 40,0% em 2010. No último levantamento, os resultados mais positivos foram em Porto Velho e Belo Horizonte. Cabe destacar que a avaliação das polícias estaduais e das

⁶ Soma das avaliações “boa” e “muito boa”.

guardas municipais melhora gradualmente à medida que também aumenta a faixa etária dos entrevistados.

2.3. Experiências com a polícia

Quanto às experiências negativas com a polícia, nos dois períodos, é pequeno o percentual de pessoas que afirmam ter sofrido agressão e maus tratos policiais ou ameaça por policial, ou autoridade a fim de tirar-lhes dinheiro, tanto no último ano (em torno de 3%) quanto alguma vez na vida (7%, dado disponível apenas para 2010). Os resultados indicam ainda que os grupos etários mais jovens são aqueles que mais vivenciam experiências negativas com a polícia, tanto para situações de agressão ou maus tratos quanto de extorsão. Em 2010, os entrevistados que afirmaram terem sido vítimas de **agressão ou maus tratos** nos últimos 12 meses estão, sobretudo, em Belém (5,5%), e para situações que ocorreram “alguma vez na vida”, destaca-se Goiânia (16,3%). Os entrevistados que afirmaram terem sido vítimas de **extorsão** policial, nos últimos 12 meses (5,6%) ou “alguma vez na vida” (13,7%), estão majoritariamente na cidade do Rio de Janeiro.

2.4. Atividade policial

Quanto à satisfação com os serviços policiais, para a maioria dos entrevistados, 56,1% em 2010, estes serviços melhoraram ou mantiveram-se bons nos últimos 12 meses. Porém, para 40,6% os serviços da polícia “pioraram” ou “estão iguais, eram ruins”. Há grande diferença de avaliação entre os entrevistados mais jovens e mais idosos, sendo os mais jovens mais críticos. Porto Velho é onde os serviços da polícia, em geral, recebem mais avaliações positivas, ao passo que Manaus é a capital onde as opiniões se dividem. Nas demais capitais, a maioria dos entrevistados respondeu de forma positiva à avaliação dos serviços

da polícia. Este resultado é coerente com o aumento, entre 1999 e 2010, na percepção de que “a polícia garante a segurança de pessoas” semelhantes a eles (os entrevistados).

Solicitados a avaliar o desempenho da polícia em termos: a) da frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados da comunidade; b) se mantém as ruas do bairro tranquilas; c) se é educada ao abordar as pessoas nas ruas, os entrevistados revelam uma visão mais positiva da rapidez da polícia em atender chamados do que em sua capacidade de manter as ruas tranquilas ou ser educada ao abordar as pessoas nas ruas. Novamente, os mais jovens fazem uma pior avaliação que os entrevistados com mais idade.

Quando perguntados se a polícia em seu bairro aceitaria suborno, protegeria o tráfico de drogas ou teria medo de traficantes, entre 30 e 40% dos entrevistados preferiram se omitir, sendo os com mais idade aqueles que menos responderam a estas questões. Aqueles que apresentaram resposta dividem-se entre a tendência a atribuir tais comportamentos aos policiais, ainda que “às vezes”, e aqueles que negam que os policiais pratiquem ilegalidades, opinião essa mais frequente entre aqueles de maior idade.

Belém é a capital que concentrou o maior número de respostas que indicavam que a sua polícia, com frequência, estava envolvida nos casos mencionados, ao passo em que em Porto Velho há o maior número de respostas que indicavam que sua polícia raramente se envolve nesses casos.

Apesar da melhora da imagem das instituições policiais, paradoxalmente caiu, entre 1999 e 2010, a sensação de eficácia, medida a partir da percepção de conseguir convencer ou não um delegado a investigar

um caso em que o entrevistado fosse vítima. Essa mudança ocorreu em todas as faixas etárias, em menor grau junto à faixa etária de maior idade. A sensação de eficácia em convencer um delegado é maior nas cidades de Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro e Belém, ao passo em que aqueles que discordam desta possibilidade se concentram em Goiânia e São Paulo.

2.5. Expectativas

Em 2010, a maioria dos entrevistados (64,6%) disse acreditar que o serviço da polícia estará melhor ou igualmente bom no próximo ano, sobretudo entre os entrevistados com mais idade.

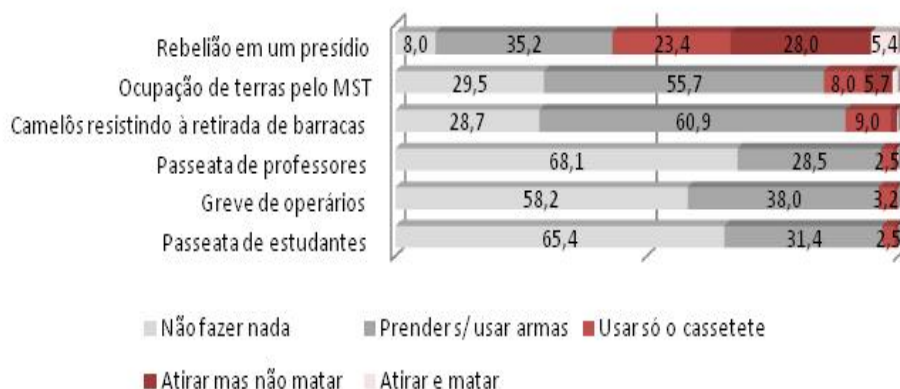
2.6. Uso da força

De modo geral, os entrevistados continuam desaprovando o uso de força pela polícia, porém caiu, no período, os que “discordam totalmente” que a polícia pode: “invadir uma casa” (de 78,4% para 63,8%), “atirar em um suspeito” (de 87,9% para 68,6%), “agredir um suspeito” (de 88,7%, para 67,9%) e “atirar em suspeito armado” (de 45,4% para 38%).

A diminuição dessa rejeição ocorre simultaneamente ao aumento das alternativas “discordo em parte” e “concordo em parte”, o que sugere o enfraquecimento da convicção dos entrevistados em se posicionarem contra ações mais enérgicas por parte da polícia. Todavia, essa disposição ainda representa a maioria das opiniões, exceção à possibilidade de “atirar em suspeito armado” que, mesmo em 1999, não tinha a rejeição da maioria dos entrevistados e continua sendo, em 2010, a situação em que os entrevistados mais defendem uma intervenção rígida por parte da polícia. Essa queda de

rejeição se reflete em todas as faixas etárias, sendo que entre os grupos etários mais velhos há uma rejeição um pouco maior a esses procedimentos do que entre os grupos mais jovens. Em relação aos resultados desta questão nas capitais, em 2010, é possível identificar que em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo há maior rejeição às quatro situações apresentadas, ao passo que em Porto Velho, Manaus e Porto Alegre a rejeição é menor. Entre 1999 e 2010, em seis das 11 capitais (Porto Velho, Manaus, Belém, Belo Horizonte, Goiânia, e Porto Alegre) ocorreu uma inversão - a maioria dos entrevistados passou a concordar que a polícia pode atirar em um suspeito armado, ao passo que apenas no Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo a maioria dos entrevistados continua a discordar desse tipo de ação por parte da polícia.

Gráfico 5. Atitudes que a Polícia poderia adotar em determinadas situações, Capitais, 2010



Foi solicitado também aos entrevistados que apontassem qual atitude esperam da polícia diante de determinadas situações. Em 2010, aumenta a opinião contrária à ações mais enérgicas por parte da polícia em três situações, com a maioria dos entrevistados respondendo que esperam que a polícia não faça nada em casos de “passeata de estudantes” (65,4%), “greve de operários” (58,2%) e “passeata de professores por melhores salários” (68,1%), resultado

presente em todas as faixas etárias. Cai também o apoio à ideia de que a polícia deve “prender os mais exaltados sem usar armas”.

Já para situações como “camelôs resistem à retirada de barracas” e “ocupação de terras pelo MST”, os resultados em 2010 se mantiveram muito próximos aos de 1999, nos quais a maioria dos entrevistados se coloca a favor da polícia “prender os mais exaltados sem usar armas”.

Os resultados para o caso de intervenção da polícia em uma rebelião em presídio são mais singulares. Prevalence o apoio a um maior uso da força, quando comparada às demais situações apresentadas, ainda que seus valores tenham sofrido uma pequena redução em 2010. A maioria dos entrevistados (86,6%) em 2010 entende que a polícia deve intervir nesse tipo de situação, principalmente de três maneiras: “prender os mais exaltados sem usar armas” (35,2%), “atirar e não matar” (28%) ou “usar o cassetete” (23,4%), resultado presente em todas as faixas etárias. Entre todas as situações apresentadas, a rebelião em presídio é a situação em que os entrevistados mais esperam que a polícia atire e mate (5,4%).

2.7. Considerações gerais sobre a imagem das instituições

As instituições melhoraram sua imagem perante a população em 2010. A maioria dos entrevistados se mostra satisfeita com os serviços da polícia – inclusive no que diz respeito ao atendimento dos chamados da população, na sua capacidade manter a tranquilidade nas ruas e garantir a segurança das pessoas, além de estar otimista em relação aos seus serviços no futuro. Contudo, esses resultados não se apresentam de forma homogênea nas capitais e entre os diferentes grupos etários. Os resultados positivos são mais

expressivos entre os grupos mais velhos, o que pode estar relacionado à exposição e à qualidade do contato polícia-cidadão percebida por cada grupo. Enquanto para os mais velhos a polícia é mais eficiente, mais educada, dificilmente está envolvida em ilegalidades e a agressão ou extorsão por policiais é uma situação muito rara, os grupos mais jovens percebem maior envolvimento de policiais com ações ilegais. As experiências negativas com a polícia, ainda que pouco frequentes, quando ocorrem envolvem principalmente os grupos mais jovens. Esse é também o grupo mais crítico quanto à bons modos da polícia em suas abordagens. É possível que os grupos mais jovens tenham mais contato com as instituições de segurança, seja por circularem com maior frequência pelos espaços públicos ou por utilizarem mais os serviços policiais, ficando assim mais expostos às arbitrariedades policiais ou aos atendimentos insatisfatórios.

Apesar de a maioria dos entrevistados achar que os serviços policiais melhoraram ou estão tão bons como sempre foram, para uma parcela ponderável ocorreu exatamente o oposto. Considerando que os resultados apontam que a educação e integridade da polícia não são unanimidade na opinião dos entrevistados, é possível que esses fatores tenham influenciado as respostas mais negativas. O fato de que a maior parte dos entrevistados não tenha respondido às questões sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades, permite levantar algumas hipóteses. É possível que boa parte dos entrevistados não saiba realmente se esses casos ocorrem ou não, assim como há também a chance do sentimento de medo inibir que respondam esse tipo de questão. Contudo, outra possível interpretação é que as pessoas tenham uma baixa confiança na polícia, o que as leva a crer que essas situações são possíveis, muito

embora não tenham informação suficiente para afirmarem a frequência com que isso ocorre. Em uma situação contrária, das pessoas terem plena confiança na polícia, era de se esperar que elas prontamente respondessem negativamente sobre a possibilidade de ações ilegais por parte da polícia, o que não se confirmou. Outro aspecto importante é que apesar de ter melhorado a sua imagem, a polícia ainda não transmite aos cidadãos a certeza de que cumprirá o que se espera dela, como realizar a investigação de um caso, por exemplo.

Quanto à delegação de poder que fazem às polícias, apesar de diminuir a rejeição às ações mais duras em 2010, a maioria ainda desaprova que a polícia faça uso arbitrário da força em suas abordagens. A maioria também parece reconhecer o direito à greve e manifestações, uma vez que acredita que a polícia não deve intervir nesses casos. Em outras situações, acreditam que ela deve intervir, mas moderadamente, como nos casos que envolvam camelôs ou grupos de MST. A única situação em que permanece o maior apoio às ações mais duras da polícia é a que envolve presos, mostrando que os direitos de pessoas que cumprem pena ainda são passíveis de divergências.

Importante ressaltar que as observações gerais aqui apresentadas apontam para uma tendência presente em todas as capitais, mas que possuem particularidades quando feitas análises das localidades separadamente, podendo até mesmo apresentar resultados opostos aos aqui colocados.

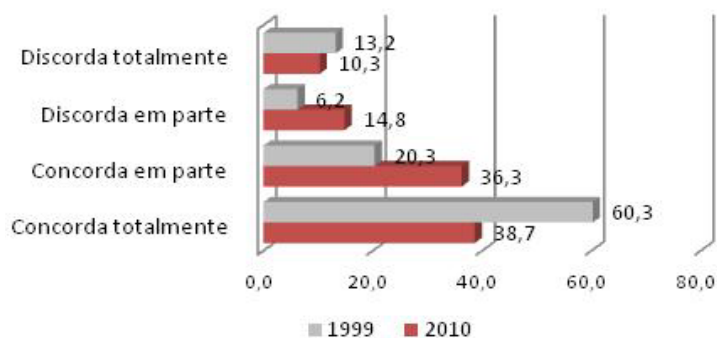
3. EFICÁCIA EM RELAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES

3.1. Judiciário

A sensação de eficácia em relação ao judiciário é medida através de perguntas sobre a expectativa de tratamento que receberiam por parte dos juízes se

tivessem um caso tramitando na justiça. Em geral, as respostas dos entrevistados, tanto em 1999 quanto em 2010, revelam uma expectativa positiva de tratamento por parte da justiça, ou seja, esperam receber um julgamento justo e sugerem uma crença no Estado de Direito. O consenso sobre esta expectativa apresentou uma leve queda em 2010, mas ainda assim permanece a expectativa de terem seus direitos respeitados (92,1% em 1999 e 87,3 em 2010), de terem oportunidade para contar sua versão e de serem ouvidos pelo juiz (92,2% em 1999 e 88,2 em 2010), caso tivessem uma ação correndo na justiça. A menor certeza reside na percepção de que seus argumentos seriam levados em consideração pelo juiz na tomada de decisão (54,5% em 1999 e 57,2% em 2010). Entre as faixas etárias, as expectativas positivas aumentam, em consenso e intensidade, à medida que aumenta a idade do entrevistado: quanto mais idosos, maior a expectativa de receberem um tratamento justo.

Gráfico 6. "É difícil você sentir que as leis o(a) protegem", Capitais, 1999 e 2010



Entre as capitais, em 1999, cabe destacar que os entrevistados de Belém e Belo Horizonte, em sua maioria, não acreditavam na possibilidade de um juiz ser influenciado por seus argumentos.

Em 2010, declinaram nessas mesmas capitais as expectativas de tratamento justo, tendo melhorado apenas a capacidade de influenciar a decisão do juiz (44,9% em Belém e 57,1% em Belo Horizonte). Belém

apresenta os menores percentuais de expectativa positiva em relação ao judiciário e em Porto Velho há os maiores percentuais, situação inversa a que se encontrava nessa cidade em 1999. Em geral, há mais expectativa positiva (de um julgamento justo) em Porto Velho e Goiânia em 2010 do que em 1999. Em Porto Velho, os entrevistados revelam a maior expectativa de sucesso em influir na decisão de um juiz (95%), seguidos por entrevistados de Fortaleza, Porto Alegre e Manaus.

3.2. Legitimidade e confiança no governo na área da segurança pública

Melhorou a percepção dos entrevistados sobre a capacidade de as autoridades tomarem decisões para o bem de todos na área da segurança pública. Enquanto em 1999 a maioria das pessoas discordava que o governo tomasse decisões sobre segurança pública para o benefício de todos (60,4%), em 2010, a maioria (57,3%) revelou concordar que o governo toma decisões nesse sentido.

3.3. Delegação de poder

Se as autoridades são percebidas como competentes e capazes de tomar decisões em prol do bem de todos, pode-se delegar a elas maior poder para decidir. Porém, esta delegação pode também envolver uma certa dose de submissão autoritária, isto é, um potencial para aceitar decisões arbitrárias, de caráter autoritário que, ao invés de garantir a segurança, promovam o crescimento da insegurança.

Para medir a delegação de poder, os entrevistados foram perguntados se “as autoridades devem ter todo poder para impor medidas que diminuam a violência”. Em 1999 e em 2010, a maioria dos entrevistados concordou (“totalmente” e “em parte”) com esta frase. Porém, enquanto em 1999 68,7% concordava totalmente, em 2010 esta concordância caiu para

45,3%. Ou seja, em 2010 a concordância se tornou mais fraca, resultado verificado em todas as faixas etárias.

3.4. Deferência com as leis

Qual o grau de deferência dos entrevistados em relação às leis? Para medir esta deferência as pessoas foram inquiridas a se posicionarem diante das seguintes frases: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” e “As pessoas devem obedecer às leis, mesmo quando elas acham que as leis não estão certas”. Tanto em 1999 como em 2010 prevalece a tendência de concordar com as duas frases. No entanto, isto é paradoxal: as pessoas não se sentem protegidas pelas leis, mas acreditam que devem se submeter a elas, mesmo quando “não certas”. Porém, semelhante ao que ocorreu com outras atitudes, caiu a frequência de “concorda totalmente” e cresceu o concordar “em parte”. Esta queda foi substancial: em relação à frase “não se sentir protegido pelas leis” a concordância total caiu de 60,3% para 38,7% - o que pode sinalizar um aumento da sensação de que as leis promovem garantias e segurança. Em relação a “obedecer às leis mesmo quando não estão certas” caiu a concordância de 52,7% para 37,9% - o que pode indicar que a aquiescência com leis consideradas injustas pode estar abalada.

4. DISPOSIÇÃO EM ABANDONAR PROTEÇÕES LEGAIS

4.1. Disposição em abandonar as proteções legais em relação à justiça

A atitude dos entrevistados em relação à justiça foi medida apenas em 2010, por meio das seguintes questões: a) “é melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente”; b) “os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso”; c) “um

grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis” e d) “o Judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados”.

Em relação a essas frases, a **maioria dos entrevistados** discorda (total ou em parte) de que é “melhor deixar 10 pessoas culpadas livres do que errar, condenando um inocente” (54,4%); concorda (total ou em parte) que “os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas” (74,6%); concorda (totalmente ou em parte) que “um grande número de pessoas escaparia da prisão por brechas na lei” (53,7%); e concorda (total ou em parte) que “o Judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados” (64,9%).

5. PENAS E PUNIÇÃO

Apesar de ter ocorrido uma queda no período (de 64,5% para 56,3%), a maioria dos entrevistados, em todas as cidades pesquisadas, não acha justo que impostos arrecadados sejam utilizados para manter os presos no sistema prisional, posição esta relacionada à eficiência que se atribui às penas de prisão.

5.1. Eficiência da prisão

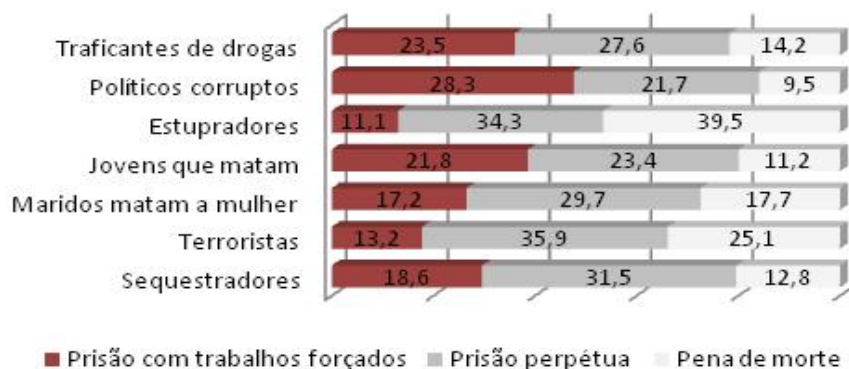
Para a maioria dos entrevistados, a prisão é percebida como pouco ou nada eficiente tanto para punir (60,7%) ou reabilitar (65,7%) aqueles que já infringiram, como também para dissuadir (60,9%) e controlar (63%) possíveis infratores. Ou seja, a prisão é percebida como menos eficiente justamente na função de reabilitação.

5.2. Delitos e Penas esperadas

Quais as penas que os entrevistados consideram mais adequadas para aqueles delitos graves, que sempre deveriam ser punidos? Estes delitos, em geral, giram em torno de crimes contra a vida. A estes foram

acrescidos: terrorismo, corrupção e tráfico de drogas. Os delitos pesquisados foram: sequestro, estupro, homicídio praticado por jovem, terrorismo, tráfico de drogas, marido que mata a mulher, corrupção por político. As penas variaram de leve (prestação de serviços à comunidade) até a pena de morte. Das penas mais escolhidas pelos entrevistados 50% não estão previstas no Código Penal, como: prisão perpétua, pena de morte e prisão com trabalhos forçados.

Gráfico 7. Algumas penas atribuídas a delitos, Capitais, 2010



O maior consenso identificado foi sobre o uso da pena de prisão perpétua para alguém condenado por terrorismo (35,9%), a pena de prisão com trabalhos forçados para políticos corruptos (28,3%) e a pena de morte aplicada a estupradores (39,5%). Para sequestradores (32,6%), maridos que matam a mulher (30,5%), jovens que matam (37,2%) e traficantes de drogas (28,8%), a primeira opção mencionada é a pena de prisão e a segunda, em todos esses casos, a prisão perpétua.

Os jovens são os que escolhem, com maior frequência, a pena de morte para quase todos os tipos de infratores, exceto “político corrupto”. Para esta categoria, a pena de morte é mais apontada por entrevistados na faixa etária de 40 a 49 anos. Há uma ligeira tendência dos grupos mais idosos em nomear a prisão perpétua como opção, seguida da pena de

trabalhos forçados. É também revelador que os entrevistados tenham feito frequente uso de penas que não são previstas no Código Penal, o que sugere que há, em parte da população, uma disposição em aceitar algum endurecimento das penas.

6. DIREITOS HUMANOS

Há uma tendência entre os entrevistados em rejeitar a associação entre a expressão “direitos de bandidos” e o tema dos direitos humanos: 46,3% dos entrevistados rejeitam essa associação e esta rejeição é maior entre os mais jovens. As opiniões dos entrevistados também estão divididas quanto aos direitos humanos guiarem ou não as ações da polícia: para 45,5% essas ações não são guiadas pelo respeito aos direitos humanos. Por fim, 48,4% dos entrevistados não consideram que os direitos humanos representem um empecilho ou prejuízo para o trabalho da polícia. Observa-se ainda que a tendência a atribuir conotações negativas à expressão “direitos humanos” cresce à medida que aumenta a idade do entrevistado.

6.1. Percepção de alguns direitos civis e políticos

A grande maioria dos entrevistados considera inaceitável violações do direito: a) de manifestação (86,5%) e b) de liberdade de os meios de comunicação criticarem o governo (81,4%). A expulsão de estrangeiros também é considerada inaceitável por 66% dos entrevistados. A pena de morte é considerada inaceitável por uma pequena maioria (51%), sugerindo uma divisão entre os entrevistados. Porém, alterando-se a formulação da pergunta, muda-se a tendência da maioria: quando perguntados sobre sua concordância ou discordância com a frase “Nenhum crime justifica usar a pena de morte”, 56% aceitam a pena de morte, percentual este que permanece estável desde 1999.

A defesa da liberdade de manifestação e a rejeição de medidas como expulsar estrangeiros é mais forte entre os mais jovens (abaixo de 29 anos). Contudo, são eles também os que mais aceitam a pena de morte.

6.2. Apoio à liberdade de expressão, de manifestação, de oposição política e de privacidade

Para avaliar se em momentos específicos, tais como “em defesa da segurança nacional”, direitos considerados pétreos e intocáveis poderiam ser suspensos, foram apresentadas frases sobre diferentes situações e solicitado aos entrevistados que manifestassem o grau de concordância ou discordância com as mesmas. Em condições específicas, ainda que a maioria tenda a discordar, essa tendência recua e se tem uma parcela ponderável da população em concordância com ações que violam os direitos civis e políticos:

a) enquanto 53,4% discordam (totalmente ou em parte) que o país deve ter o direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo, 43% concordam (totalmente ou em parte) com essa possibilidade;

b) 54,2% discordam (total ou em parte) que há momentos em que é justificável que o governo censure a imprensa, porém 42,1% concordam (total ou em parte) com esta censura;

c) apesar de 57,1%, discordarem (total ou em parte) que o governo, com a finalidade de manter a ordem social, prenda pessoas por suas posições políticas, 40% concordam (total ou em parte) com esse tipo de prisão;

d) embora 55,6% discordem (total ou em parte) que, para segurança do governo, o país tem o direito de retirar a nacionalidade de alguém, uma parcela

ponderável, 40,4% concordam (total ou em parte) com esse recurso;

e) cerca de 2/3 dos entrevistados (66,9%), discordam (total ou em parte) do controle de opinião em qualquer circunstância, porém quase 1/3 (31%) concordam (total ou em parte) com esse controle;

f) por fim, 59,7% concordam (total ou em parte) que o governo nunca poderia ler ou censurar a correspondência de uma pessoa, sendo que mais de 1/3 (38,0%) concordam com essa medida.

Em uma sociedade democrática, a expectativa é que haja uma grande discordância em relação à limitação de direitos: à liberdade de expressão, manifestação, direitos de oposição política e privacidade. Porém, os resultados não demonstram essa disposição de modo inequívoco, ainda que haja uma tendência de apoio às liberdades e aos direitos civis por parte da maioria, em todas as situações. Esta tendência, contudo, não é forte, pois não é muito grande a diferença entre os que concordam e discordam. As únicas exceções são “impedir as pessoas de expressarem opiniões” e “o governo ler e censurar correspondências”.

6.3. Tortura

O apoio à proteção contra a tortura foi medido com a frase: “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”. Em 1999, houve uma clara discordância desta frase (71,2%), em todas as faixas de idade, percentual que caiu para 52,5% em 2010.

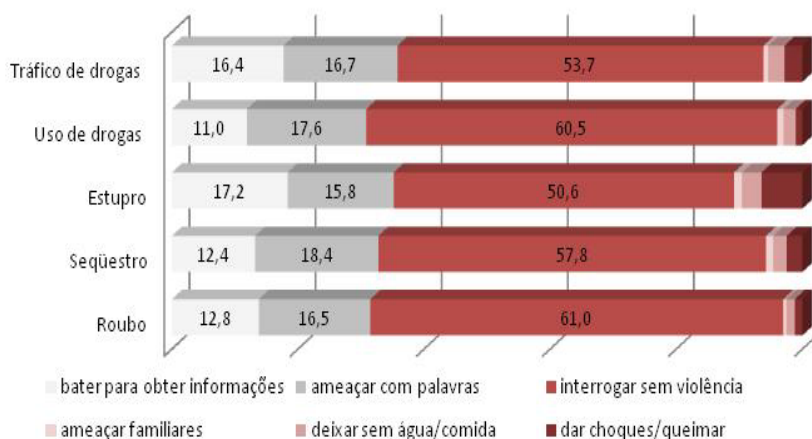
Outras questões envolvendo a tortura foram utilizadas em 2010: o governo usar da coerção para as pessoas confessarem; prender alguém sem julgamento e ou a polícia usar da tortura para obter

informações de suspeitos de cometerem delitos específicos. Uma grande maioria considera inaceitável que o governo prenda alguém sem julgamento (79,7%) ou, ainda, que use coerção para fazer pessoas confessarem (78,1%).

6.3.1. Tortura pela polícia em relação a delitos específicos

Para a maioria dos entrevistados, a polícia deve “interrogar sem violência”. Contudo, aproximadamente 1/3 concorda que a polícia, para obter informações relacionadas a alguns delitos específicos, submeta suspeitos a meios extralegais como: “ameaçar com palavras”, “bater”, “dar choques ou queimar com ponta de cigarro”, “ameaçar membros da família”, e “deixar sem água ou comida”. O uso de algum tipo de violência é mais aceito para os suspeitos de delitos como estupro (43,2%), tráfico de drogas (38,8%), sequestro (36,2%), uso de drogas (32,3%) e roubos (32,1%). Estes suspeitos poderiam, segundo alguns entrevistados, receber um pior tratamento durante a investigação policial. Quanto

Gráfico 8. Para obter informações a polícia pode ..., Capitais, 2010



mais jovem o entrevistado, maior parece ser a tendência a apoiar o uso de práticas de tortura.

Entre as capitais, Belém e Fortaleza são as cidades nas quais a opção de interrogar sem usar violência foi a menos escolhida. Surpreende ainda, os 10,3% em Salvador que concordariam que um suspeito de vender drogas fosse submetido a choques ou a queimaduras com ponta de cigarros para revelar informações. Dados como estes revelam que há muito mais ambivalência a respeito do uso da tortura do que as respostas parecem indicar.

7. CAPITAL SOCIAL

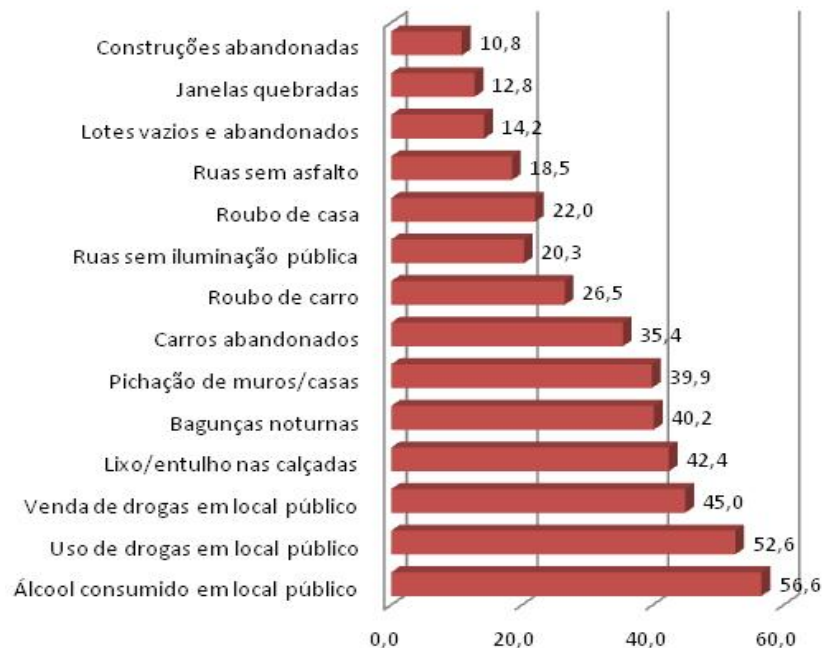
Surpreendeu o padrão de estabilidade dos entrevistados nos bairros: a maioria reside há muitos anos no mesmo bairro e/ou tem uma relação de propriedade com a moradia de natureza estável. A maioria também expressa satisfação com o bairro e revela sentir-se emocionalmente apegado ao local. Quanto maior a idade do entrevistado, maior é esta integração e satisfação com o bairro. Apesar desta satisfação, os entrevistados percebem a presença de vários problemas no bairro: a violência familiar, o desemprego e o uso de drogas são percebidos como os problemas mais graves.

Há também forte percepção de incivilidade no trato entre as pessoas no espaço público e de sinais de desordem social (consumo de álcool e drogas em público, som alto, lixo nas calçadas, vandalismo, pichação etc). Chama a atenção a questão do consumo de substâncias legais e ilegais no espaço público, mais frequentemente percebido que a desordem física.

Essa percepção é mais forte entre os jovens, o que explicaria o fato de ser menor a satisfação desse grupo com seu bairro do que a dos grupos mais velhos. Além da percepção da existência de

problemas, os entrevistados não acreditam que seja provável a intervenção de adultos sobre menores de idade que estivesse consumindo drogas, legais ou ilegais, em local público, o que demonstra a pouca perspectiva de resolução dessas situações.

Gráfico 9. No bairro há bastante, Capitais, 2010

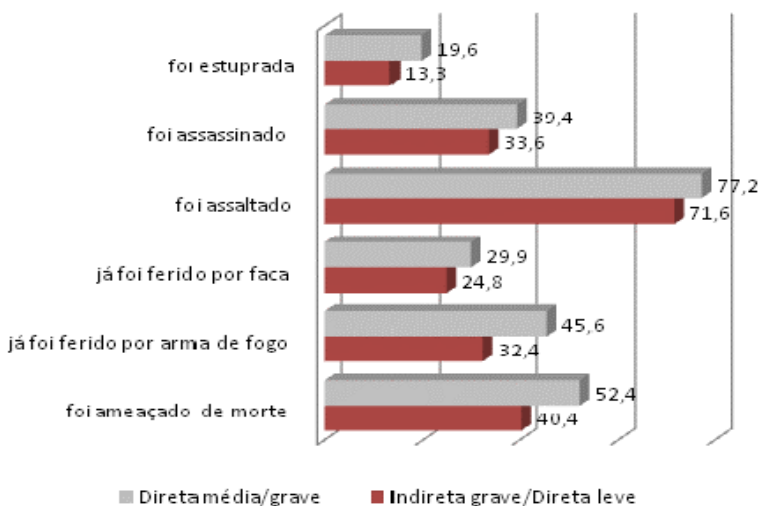


As relações de vizinhança, em todos os grupos etários, ficam restritas a situações eventuais e são mais raras ainda quando dizem respeito à discussão sobre problemas que afetam o bairro. Contudo, a maior parte dos entrevistados acredita que os vizinhos tenderiam a se unir para evitar contratempos que possam prejudicar a vida no bairro como, por exemplo, o fechamento de um hospital, escola ou creche. Também demonstram preocupação com as crianças e os jovens do bairro, além da necessidade de conhecê-los e protegê-los, o que pode estar relacionado à crença na disposição dos moradores para a proteção, tanto dos idosos quanto das crianças, contra abusos e agressões. No entanto, essa disposição não se generaliza para agir/intervir em casos de conflitos entre casais ou na violência da polícia contra jovens.

8. EFEITOS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA

Em 2010, como em 1999, os mais expostos à violência são as pessoas mais jovens- com menos de 39 anos (com forte concentração no grupo entre 16 e 29 anos), do sexo masculino, e escolaridade média para alta. Os dados mostram ainda que ter sofrido punição corporal frequente na infância, parece estar associada a maior exposição à violência grave. O contato com a punição corporal na infância também parece aumentar o risco de jovens terem maior contato com a violência indireta através de seus pares, quer pela vitimização, quer pela agressão.

Gráfico 10. Tem colega/ amigo (a) que..., Capitais, 2010



Em termos de comportamento, a exposição à violência afeta:

a) a percepção do bairro e das relações de civildade dentro do bairro:

- quanto maior o contato direto e indireto com a violência, pior é a avaliação que as pessoas fazem das condições físicas do bairro e maior a percepção de incivildade entre as pessoas;
- quanto maior o contato direto e indireto com a violência, menor é a sensação de pertencer a uma comunidade.

b) o medo – é maior, como esperado, entre aqueles mais expostos à violência mais grave;

c) adoção de medidas de auto proteção, quer pela mudança de comportamento - deixar de circular por ruas, não sair à noite, mudar trajetos, etc, quer pela aquisição de equipamentos de segurança, que cresce à medida que cresce a exposição à violência grave.

Quanto maior a exposição à violência grave, maior é a aprovação do uso da violência, tanto na resolução de conflitos interpessoais quanto em situações onde a justiça ou a polícia são percebidas como falhas.

A avaliação da polícia é pior entre aqueles mais expostos à violência grave, no que se refere a:

- qualidade do trabalho e expectativa de desempenho da polícia em relação ao futuro próximo;
- eficácia em manter as ruas seguras;
- prontidão no atendimento aos chamados ou;
- educação (cortês) no trato com a população.

A despeito desta pior avaliação, aqueles mais expostos à violência grave são também os que mais apoiam o uso de tortura pela polícia para obter informações em casos de delitos de maior gravidade. A maior exposição à violência grave também aumenta a probabilidade de apoio a penas mais duras: prisão perpétua, prisão com trabalhos forçados e pena de morte.

A exposição continuada à violência parece ter impacto sobre vários aspectos da vida cotidiana, afetando atitudes, valores e comportamentos. Esta pesquisa revela ainda que estes efeitos não podem ser estudados apenas no curto prazo: não basta olhar a violência da perspectiva de alguns meses ou um ano, mas é necessário focalizar o contato com a violência desde cedo, incluindo-se as formas de disciplina e punição utilizadas na família.